**TÍTULO**

“autor”[[1]](#footnote-2)

**Resumo**

Esse trabalho busca trazer uma interpretação dos acontecimentos socioeconômicos/políticos desta década do século xxi sobre a América do Sul e seus efeitos sobre a *integração econômica e política*regional. Para tal, partiremos da perspectiva sobre a atuação interna e externa do Estado fundamentada no conceito de hegemonia e jogo de soma zero; em seguida passaremos a entender o padrão de reprodução internacional e seu padrão monetário relacionado às hegemonias internacionais, para então falarmos da integração regional e seus movimentos mais recentes. Isso nos permitirá, ao final, fazer uma interpretação geral dos padrões político/econômicos da região Sul das Américas.

**Abstract**

This work seeks to bring an interpretation of socioeconomic / political developments of this decade of the 21st century in South America and its effects on regional economic and political integration. For this, we will start from the perspective of internal and external action of the State based on the concept of hegemony and zero-sum game; from there we go to the pattern of international reproduction and accumulation and its monetary pattern related to the world hegemonies; We will then talk about regional integration and its recent movements. This will lead us, finally, to make a general interpretation of the political / economic patterns of the South American region.

**1. Introdução**

Assumindo que a dinâmica da atuação Estatal se dá em base a seu poder de coerção e convencimento e que na esfera internacional os Estados competem entre si dentro de um padrão de reprodução capitalista mundial, o qual imprimi nos competidores a necessidade de políticas socioeconômicas adequadas ao padrão de reprodução em vigor, podemos entender parte dos principais conflitos regionais do século XXI. Pensando na América do Sul e sua atual conjuntura de crise de ordem política e econômica dentro e fora de seus Estados, passaremos a analisar como os países dessa região demandam por medidas mais ou menos populares, assim como mais ou menos alinhadas aos centros mundiais, em resposta à sua necessidade periférica de responder aos padrões internacionais (por exemplo o monetário). E para problematizar isso, podemos nos perguntar se de fato existem governos regionais que em termos concretos se diferenciam quando inseridos dentro dos padrões hegemônicos na economia mundial (Neoliberais vs. Progressistas).

**2. Referencial Teórico**

Começando por estabelecer uma interpretação para as relações sociais dentro dos Estados nacionais, “Denominamos de capital a unidade diferenciada de relações sociais de exploração e domínio.”(“autor”, 2014, p.107). Essas relações se ocultam baixo o fetiche social quanto à integração social; não havendo separação concreta entre economia e política dentro do Estado.

E, nesta esfera, as decisões e regras políticas são delimitadas por quem possui poder econômico/político. Apesar de, pelo voto democrático, todos votarem de igual maneira e com igual peso, na realidade, os vencedores são quem possuem maior capital econômico, pois estes, de certa forma, são os que delineiam as regras do jogo sociopolítico e econômico.

Mas como se dá isso? Esse é um processo de construção hegemônica de ideais a serem seguidos, numa fusão entre força e consenso. O Estado funciona como aparato de dominação coercitiva – polícia - pelas classes dominantes, o que se complementa com ideais difundidos por uma instituição “chamada sociedade civil (aparato educacional, igrejas, meios de comunicação, etc)” (“autor”, 2014, p.217). Estes conceitos somados resultam em um estado de hegemonia como fusão de consenso e coerção. Porém, um não se sobrepõe muito ao outro.

Então, pode-se considerar hegemonia como um conjunto de força e alianças (consenso). O Estado usa de força e consenso por meio de ideias difundidas aos dominados — que acreditam ser livres. Assim se determina o jogo das relações sociais, fantasiado de igualdade democrática.

Com essa interpretação sobre a atuação do Estado a nível interno, passaremos a uma outra face que é a externa – duas faces de uma mesma moeda. Desde uma perspectiva de relação Interestatal lisztiana, logra-se entender a inserção dos Estados latino-americana no sistema internacional e os recentes conflitos político-econômicos generalizados na região a partir do século XXI (talvez um pouco antes, em 1990).

Com isso em mente, podemos considerar que existem conflitos de soma zero entre Estados e que o Estado é controlador da economia e protagonista no desenvolvimento tecnológico. Aplicando isso aos países subdesenvolvidos (que é o que nos interessa), “autor” (2004) defende que estes devem receber políticas e instituições adequadas a seus níveis de desenvolvimento, ou seja, segundo suas necessidades particulares, para que assim possam se desenvolver.

Isso em contraste com as imposições que os países centrais fazem aos subdesenvolvidos, para que estes adotem instituições internacionais padronizadas, na gestão de suas políticas socieconômicas. É uma tentativa de homogeneização do sistema internacional que se mostra falha por conta do baixo desenvolvimento que os subdesenvolvidos vêm enfrentando desde sua maior adequação aos padrões internacionais a partir de 1990[[2]](#footnote-3), em contraste com os anos 1914-1930-1942-1980, quando tais países trilharam algum grau de autonomia em suas políticas econômicas e maiores taxas de crescimento (especialmente nos países que se industrializaram, na América Latina).

Dessa forma, para se entender, no século XXI, parte dos conflitos internos e regionais dos Estados da América do Sul, essas ferramentas nos serão úteis. Poderemos dizer, assim, que parte dos conflitos (a nível interno e regional) sociais e políticos da América do Sul são explicados por sua inserção periférica no sistema internacional (“autor”, 2015, p.204), assim como pelo padrão de reprodução e o *padrão monetário*deste sistema difundido desde os centros.

Falando de *padrão monetário internacional.* Como esclarece “autor” (2000), os acordos monetários internacionais não são negociados diretamente entre os países (exceto raras vezes). São, portanto, medidas tomadas segundo ações unilaterais de alguns governos que assumem centralidade nas relações internacionais, induzindo os demais a se adequarem a seu padrão, por exemplo, de comercialização.

Nesse quadro, a balança de pagamentos aparece como limitador externo aos países periféricos que aderem a um padrão monetário internacional. Consequentemente, o espaço para desenvolver-se dentro do sistema está relacionado às regras do padrão internacional e à posição geopolítica dos centros.

**3. Rasgo Histórico do Padrão Monetário Internacional[[3]](#footnote-4)**

Padrão Libra-Ouro (1819-1914). Coincide com o Período de expansão comercial britânica. Fase de superavit na conta-corrente e deficit na conta global. Os déficits se dão no início da 1° Grande Guerra.

Com o acirramento do Pré-Guerra e das medidas protecionistas dos novos industrializados da Europa Ocidental em contra da Grã-Bretanha, esta nação sofre declínio comercial e financeiro. Junto disso, e com o financiamento americano na reconstrução da Europa e sua importância comercial, os EUA passam a receber o ouro do mundo, tornando-se assim cada vez mais centrais no sistema internacional induzindo um novo padrão monetário.

O padrão dólar-ouro se dá com o fim das guerras (EUA como grande potência) e se estende à 1971, quando os EUA com a intensão de desvalorizar sua moeda e elevar os juros convertem o dólar ao padrão flexível. Com o padrão flexível, os EUA podem variar seus juros e taxa de câmbio sem se preocupar com fuga de capitais. Variações cambiais apenas afetam as moedas externas. Além disso, os EUA passaram a se auto financiar e cobrir seus déficits com a própria moeda e vendendo títulos da dívida.

No Pós-Guerra, o novo padrão monetário se deu junto à expansão do poderio econômico/militar dos EUA a nível internacional; caracterizado por déficit global (saída de capitais e de crédito). A expansão da moeda americana se deu por meio do financiamento e das multinacionais que se instalaram em países estratégicos geopoliticamente.

Esse período se caracterizou pelo desenvolvimento acelerado de algumas economias consideradas estratégicas para os EUA no combate à URSS. Os EUA ampliaram sua influência no Sul asiático através do fortalecimento da economia Japonesa, por meio de abertura unilateral, permitindo ao Japão acumular reserva internacional. O mesmo foi feito com a Coreia do Sul, Taiwan e China. O resultando disso foi a internacionalização do padrão dólar. Nesse contexto, a América Latina ficou ofuscada[[4]](#footnote-5) pela instabilidade militar na região europeia e asiática.

Na década de 70 temos expansão da competição internacional das multinacionais dos países centrais da Ásia e Europa. A Europa passa a ter sua expansão puxada pela Alemanha, quem importava dos países vizinhos. No caso da Ásia, a expansão local esteve vinculada ao mercado unilateral estadunidense.

Os países centrais, num contexto de desaceleração do crescimento (1980-90), aumentaram suas relações comerciais entre si (expansão) em detrimento das regiões periféricas. Isso parece ter sido fruto do processo de integração entre as cadeias produtivas dos países da Europa Ocidental e destes com os EUA, assim como a Ásia.

Ou seja, naquela conjuntura de instabilidade, os centrais se sustentaram entre si, baseados em suas relações econômicas integradas em setores produtivos, o que lhes permitiu desenvolverem-se devagar, mas constantemente[[5]](#footnote-6) em meio a crise de reprodução capitalista.

Aqui nos convêm problematizar a questão da integração regional da América do Sul. Os países da América Latina, excluídos em parte dessa integração internacional e desintegrados produtivamente e financeiramente entre si, são os maiores prejudicados, pois deixaram de exportar produtos primários nesse contexto histórico e não estabeleceram relações locais que lhes permitisse negociar sua dívida externa e desenvolverem-se estrategicamente dentro de suas necessidades socioeconômicas – pobreza, analfabetismo, desemprego, falta de saneamento básico, etc. Diferentemente dos países centrais, que se integraram e transferiram a crise para as periferias – que literalmente pagaram a conta da redução da taxa de crescimento do capitalismo mundial a partir de 1980.

**4. Alguns traços da integração regional[[6]](#footnote-7)**

Ao se analisar a história da América Latina desde a formação de seus Estados Nacionais independentes e reinseridos no sistema internacional a partir da primeira divisão internacional do trabalho, até o século XXI, é possível observar genericamente que conforme mudou o padrão de reprodução capitalista a nível internacional, e devido à vulnerabilidade das contas globais dos Estados da América do Sul, imprimiu-se na região a necessidade de políticas mais ou menos estratégicas, ou mais ou menos alinhadas ao centro internacional, resultando em aproximações regionais mais ou menos estratégicas para o desenvolvimento adequado à dinâmica capitalista periférica.

Numa primeira fase (século XIX), os países da América Larina passaram por um processo de independência marcado por uma divisão de ideais políticos. Os independentistas na América hispânica, afastados do Brasil Império, em contraste com a Doutrina Monroe, que predominou na América central.

Em meio a esta disputa, o panorama que predominou no contexto imperialista da Inglaterra foi: o Sul das Américas sobre a influência econômica desta potência industrial/comercial, e o Norte para os estadunidenses. Ao mesmo tempo que não havia medidas concretas de integração inter-regional, uma vez que a preocupação central era exportar (economias pouco diversificadas) bens primários ao centro.

Já numa segunda fase de integração regional, tivemos uma grande mudança. Os EUA, depois de fortes acontecimentos[[7]](#footnote-8) transitórios para o sistema internacional capitalista (séc. XX), aparece como país hegemônico internacionalmente, com influência econômica e militar direta sobre a Europa Ocidental, instaurando no sul das américas o medo à ameaça socialista em meio a governos desenvolvimentistas, ora populistas ora ditatoriais.

Sabe-se que até a década de 1970, os países da América do Sul (Argentina, Brasil, Chile, México e Uruguai) passaram por um forte processo de industrialização, inspirado pelo nacional/desenvolvimentismo. Esta foi uma fase de aproximação estratégica dos países latino-americanos (agora com certo grau de diversificação da economia nacional). O Brasil se aproxima mais significativamente de seus vizinhos a partir de então, diferentemente a quando era um império isolado na região.

Numa terceira fase, tivemos o conhecido regionalismo aberto (1990). Foi o choque monetarista. Apesar do relativo regresso das forças produtivas internas, que se haviam desenvolvido na fase anterior (e dos próprios projetos de integração produtiva), houve uma aproximação econômica/comercial mais significativa entre os países da região. Surgem instituições de teor mais práticas no que tange à integração comercial, em detrimento de um aspecto de integração de cadeias produtivas.

Em uma quarta fase (séc. XXI), teve-se na região uma onda política constituída de governos ditos progressistas. Aparecem favorecidos pelas assimetrias sociais e internacionais agravadas na fase anterior. São governos que se uniram em prol dos interesses socioeconômicos nacionais e regionais, contestando aos projetos imperialistas dos EUA sobre a região, que fracassam de vez em 2005. Passou-se a construir novos projetos de integração regional segundo os interesses locais nas esferas nacionais e internacionais.

Esta fase, porém, entre 2008-2014, pareceu dar passos a um retrocesso em assunto de desenvolvimento e integração estratégicos, pendendo aos padrões do regionalismo aberto – de cunho livre comercial e de abertura irrestrita ao capital externo.

**5. Afrouxamento dos Laços Regionais**

Em base às notícias que circulam na região desde a década de 2010, pode-se notar um relativo enfraquecimento das relações político/econômicas nos padrões dos chamados governos progressistas, mudando o foco geoestratégico para outro livre comercial e financeiro, este mais alinhado aos interesses hegemônicos sobre a região que ambiciona o oligopólio sobre o mercado e os recursos naturais regionais. Isto, em detrimento das relações inter-regional.

Isso se dá em parte pelo fracasso dos progressistas em ações mais concretas rumo à integração produtiva e pelo novo posicionamento diplomático dos atuais governos. Temos a partir de então uma série de medidas que refletem um atual distanciamento dos projetos integracionistas nos moldes progressistas e reaproximação liberal ao extrarregional.

Os efeitos disso na esfera inter-regional estão nalguns eventos que giram em torno da Venezuela. Com a crise política e econômica venezuelana e a chegada de Macri e Temer na Argentina e no Brasil, travaram-se os acordos da Unasur, vetados pela Venezuela.

Houve também desrespeito à institucionalidade da integração por meio de uma reunião de ministros em Lima (Peru) para debaterem medidas contra a Venezuela, desrespeitando as instituições criadas para isso. Outra, Alba enfrenta problemas de continuidade devido a crise Venezuelana.

E também, a Venezuela foi suspendida da presidência do Mercosul. Essa foi uma decisão conjunta dos ministros de relações exteriores dos demais membros do bloco. A decisão de sanção à Venezuela se deu em 1 h (uma hora) de debate numa reunião de emergência em São Paulo, decidiram aplicar a cláusula democrática do bloco após a instalação da “Asamblea Nacional Constituyente” na Venezuela.

Outros eventos envolvendo a Argentina e o Mercosul. Anna Cecilla Malmtrom (ministra argentina) anunciou avanços na negociação de TLC entre MERCOSUL e União Européia, com possibilidade de ser assinado em dezembro em Buenos Aires.

Além disso, a Argentina tem demonstrado interesse na Aliança do Pacífico. Isso se vê na negociação de acordos Bilaterais que têm sido levados adiante com o México e Colômbia.

Ainda mais, o ministro da fazenda argentino apresentou formalmente o pedido de entrada no grupo da OCDE, onde México e Chile já são partes integrantes.

E porque isso tudo é importante? Além de revelarem o enfraquecimento das relações políticas e econômicas da região, mostra o alinhamento regional à interesses imediatistas e pouco preocupados com a autonomia e soberania dos atuais blocos regionais.

Para ressaltar isso, Mauricio Macri viajou aos EUA para dialogar com Trump. Nessa ocasião, Macri foi como presidente pró-tempore do Mercosul e da Unasul. Além disso, as reuniões da OMC e G20 serão sediadas na Argentina em 2018. E ainda, Argentina torna-se aliado da diplomacia estadunidense em assuntos sobre Venezuela e segurança regional – ao mesmo tempo que libera a instalação militar dos EUA na tríplice fronteira, onde está o Aquífero Guarani, Usina de Itaipu no Brasil, etc. Ou seja, um convite escancarado e alinhado à hegemonia do sistema internacional em detrimento dos projetos regionais que vinham tomando forma noutros termos de negociação.

Portanto, estes são alguns dos acontecimentos, mas não todos, que revelam uma tendência diferente daquela vista entre os anos 2000-2014. Em primeiro lugar destacamos a Venezuela por ser um Estado progressista numa onda de governos neoliberais, o que tem implicado em sérios impasses, uma vez que estes não dialogam com aquele, o que está pondo a Venezuela no centro de diversos conflitos internos, inter e extrarregional. Em segundo, temos a Argentina como membro do MERCOSUL, porém atuando bilateralmente com outros blocos sem levar em conta o bloco ao qual se situa, além do que, tem se posicionado como centro de articulação para os EUA sobre a região.

Vemos nisso o produto da desintegração inter-regional. Isso em meio a crises socioeconômicas e políticas dos principais Estados da região e a conflitos políticos entre os Estados antes alinhados, que agora possuem novos quadros políticos em ascensão, os quais estão rompendo laços diplomáticos da onda anterior e voltando-se à Europa, EUA e aos TLC’s; confiantes no progresso religioso do livre comércio.

**6. Reflexão**

Deixando um pouco de lado os assuntos meramente econômicos, poderíamos dizer que nossa atual conjuntura é uma de calamidades e crise ética/moral a nível mundial. Embora tenhamos nos concentrado em alguns acontecimentos que refletem em parte a atual tendência econômica (ou antiga?) e política da região, estamos a fim de contas falando dum contexto mundial de importantes guerras militares ocidentais no mundo oriental; importantes guerras civis na África; grandes fluxos migratórios rumo à Europa e atentados terroristas nesta região do mundo; intolerância cultural e racial pelo mundo; crescimento do desemprego mundial; saída do Reino Unido da União Europeia; processo separatista da Catalunha etc.

São acontecimentos inseridos numa lógica mundial de acumulação e concentração da riqueza e redução das taxas de lucros, o que demanda medidas impopulares para que se dê continuidade ao crescimento econômico das economias integradas pelo sistema capitalista internacional.

Dito isso, podemos nos perguntar: a fim de contas, os governos progressistas da América do Sul são tão distintos dos Neoliberais?

A realidade da economia dependente, vulnerável às intempéries das economias centrais, imprime a necessidade de políticas econômicas que, independente do nome partidário do governo, são acima de tudo capitalistas.

Isso pode ser visto nos acontecimentos que temos evidenciado acima e que ainda estão em marcha, desenrolando-se em outros acontecimentos importantes. E não é de se surpreender que com as próximas eleições presidenciais na América do Sul, surjam personagens políticos que representem o descontento atual das massas em relação às medidas Neoliberais em marcha – e até mesmo necessárias para a reprodução do sistema acumulativo.

Em outra curva de expansão do Capitalismo global, teremos outros “progressistas”? E na recessão? Nas ditaduras militares tivemos governos que, dependente da dinâmica do capitalismo internacional, tiveram políticas mais ou menos nacionalistas e mais ou menos expansivas. Na década de 1990 os governos democráticos e liberais ascendem num momento de forte crise inflacionária. Os progressistas assumem com as contas públicas relativamente bem ajustadas e em período de alta demanda internacional por produtos primários e saem de cena na queda da expansão.

Podemos ver nisso um padrão, que consequentemente vai determinar os tipos de políticas econômicas necessárias para a manutenção do crescimento dependente e das relações inter-regionais, ora mais estratégicas em busca da autonomia produtiva, ora mais liberais em busca de fluxos comercias e atração do capital externo sem restrições. São políticas ora de estímulo ao crescimento, ora de contenção da recessão, ora atendem às demandas sociais relacionadas ao padrão de expansão do sistema, ora não atendem às demandas sociais ou até mesmo reduzem os direitos sociais para também navegar no padrão de expansão.

**7. Referências**

“autor” 2004.

“autor” 2000. 288p.

“autor” 2000 .

“autor” 2014

“autor” 2015

“Autor”, 2017. Em: link

1. “Autor” [↑](#footnote-ref-2)
2. - A China e o Japão são exemplos de Estados que não seguiram o receituário internacional em momentos de pressões padronizantes e agora são grandes potências econômicas, atraem, com poder de barganha, investimentos internacionais estratégicos. [↑](#footnote-ref-3)
3. (“autor”, 2000). [↑](#footnote-ref-4)
4. - O que mudou, em parte, com a Revolução Cubana (1959). [↑](#footnote-ref-5)
5. . E aqui estamos falando especialmente dos EUA. [↑](#footnote-ref-6)
6. . (“autor”, 2017). [↑](#footnote-ref-7)
7. . As grandes guerras; crise de 1930; revolução russa; pós-guerra etc. [↑](#footnote-ref-8)